

Recebido em: 20/10/2021  
Aprovado em: 06/02/2022  
Publicado em: 03/05/2022

[RESENHA]

## DEMOCRACIA E MISÉRIA

sobre a filosofia de Tocqueville, organizado por Helena Esser dos Reis

Resenhado por

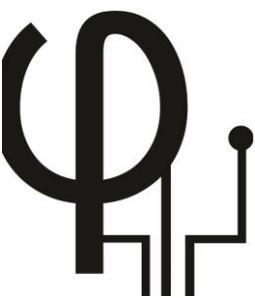
Rosângela Almeida Chaves<sup>1</sup>  
([rosangelachaves13@gmail.com](mailto:rosangelachaves13@gmail.com))

**Resumo:** Autor do clássico *A democracia na América*, o pensador francês Alexis de Tocqueville (1805-1859) também se revelou um analista refinado da questão social, em dois ensaios que escreveu sobre a questão do pauperismo, entre os anos de 1835 e 1837. Ambos os textos, que permaneciam praticamente inéditos no Brasil, ganharam uma tradução da professora Helena Esser dos Reis (UFG), no livro *Democracia e miséria* (Almedina Brasil, 2020), que também traz uma série de seis ensaios de intérpretes renomados da obra do autor. A obra em questão não só ilumina aspectos ainda poucos investigados no pensamento tocquevilliano, como também representa uma grande contribuição para o atualíssimo debate sobre o problema da miséria e da desigualdade social.

**Palavras-chave:** Política. Miséria. Democracia. Desigualdade Social. Tocqueville.

O pensador francês Alexis de Tocqueville (1805-1859) é mais conhecido pelo seu clássico *A democracia na América*, publicado em dois volumes em 1835 e em 1840 e considerado, já à época do lançamento do primeiro tomo, como a primeira análise filosófica da democracia representativa, conforme apontou o filósofo inglês John Stuart Mill (MILL, 1994, pp. 155-146; LAMBERTI, 1983, p. 136), e ainda pelo seu grande estudo sobre as causas da Revolução Francesa, *O Antigo Regime e a Revolução*, cuja primeira edição data de 1856. Mas o autor se demonstrou também um analista refinado da questão social, em particular o problema da miséria, em dois textos menores: os ensaios sobre o pauperismo, escritos entre 1835 e 1837. Esses dois textos, que até pouco tempo permaneciam praticamente inéditos no Brasil, ganharam uma tradução primorosa de Helena Esser dos Reis, professora titular da Faculdade de Filosofia e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás (UFG), no livro *Democracia e miséria* (Edições 70/Discurso Editorial, 2020).

<sup>1</sup> Doutora em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Goiás com estágio de doutorado-sanduiche pela Universidade de Coimbra. Mestre em Filosofia pela mesma instituição. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6894209614751022>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3015-8370>.



O volume é resultado do projeto de pesquisa de Reis no seu pós-doutorado na Universidade de Coimbra, em Portugal, e traz ainda, além de um ensaio da pesquisadora sobre a interconexão entre direitos sociais e políticos no pensamento de Tocqueville, outros seis artigos de renomados intérpretes do autor francês, entre eles Éric Keslassy, Jean-Louis Benoît e Juan Manuel Ross. O prefácio é assinado pelo historiador Marcelo Gantus Jasmin, professor do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ) e um dos pioneiros no estudo da obra tocquevilliana no Brasil.

O primeiro *Ensaio sobre o pauperismo (Mémoire sur le pauperisme)* foi publicado em 1835, logo após o lançamento do primeiro volume da *Democracia na América*. Demonstrando uma clara divergência com o diagnóstico do liberalismo clássico para a questão da miséria, Tocqueville argumenta no texto – no qual a influência de Rousseau e o seu *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* é notória – que o problema da desigualdade social não é “natural”, mas tem suas raízes no processo histórico, com a instituição da propriedade privada. No ensaio, Tocqueville também critica o modelo de acumulação capitalista baseado na indústria, atribuindo o brutal aumento da extrema pobreza nas principais metrópoles europeias naquele momento ao processo de expropriação dos camponeses e o consequente surgimento de uma nova classe social – os proletários –, que contava apenas com sua força de trabalho para sobreviver.

O segundo *Ensaio sobre o pauperismo* é um texto inacabado e que permaneceu inédito até ser descoberto na segunda metade do século passado por André Jardin, biógrafo de Tocqueville, em meio aos manuscritos do autor (cf. JARDIN, 1984, p. 233). Se, no primeiro ensaio, Tocqueville se esforçava em apontar as causas da miséria, sugerindo algumas medidas para o combate ao pauperismo, como a instituição de um sistema de caridade pública para atender idosos, crianças e doentes, nessa continuação, o autor avança no sentido de propor políticas públicas mais consistentes para o enfrentamento da pobreza extrema. Entre elas, a implementação de uma ampla reforma agrária, por meio da qual se pudesse transformar os camponeses, explorados como mão de obra barata pelos grandes latifundiários, em pequenos proprietários, evitando-se assim também o êxodo rural de grandes massas de trabalhadores que formavam enormes bolsões de miséria no centros urbanos.

Tocqueville vislumbra ainda a possibilidade de participação dos operários das fábricas nos lucros das empresas e ainda a criação de associações entre os próprios trabalhadores da indústria, para a criação de um empreendimento industrial coletivo. Por fim, sugere a instituição de bancos de poupança populares, com programas de crédito a juros mais baixos, voltados aos trabalhadores e aos mais pobres.

## OS ARTIGOS

O texto que abre a série de ensaios críticos, incluídos em *Democracia e miséria*, sobre as propostas de Tocqueville para o combate à miséria e temas correlatos a essa questão central, intitula-se “A evolução de Tocqueville sobre o problema da pobreza e do pauperismo” e é assinado por Jean-Louis Benoît, professor aposentado da Université de Caen, na França, e referência no estudos sobre a obra tocquevilliana, tendo publicado, entre outros, uma biografia sobre Tocqueville (Édition Perrin, 2013) e o *Dictionnaire Tocqueville* (Nuvis, 2013), em parceria com Éric Keslassy. A contribuição de Benoît consiste na reconstrução que ele empreende do processo de elaboração dos dois ensaios sobre o pauperismo por Tocqueville e na discussão sobre os objetivos – também políticos – que o autor pretendia alcançar com esses textos. O primeiro foi escrito atendendo a uma solicitação da Sociedade Real Acadêmica de Chebourg, num momento em que a questão do pauperismo – uma palavra importada da Inglaterra e de uso então recente, empregada para designar o fenômeno da pobreza endêmica que se apresentava como a contraface da sociedade industrial – tornava-se cada vez mais premente.

Já o segundo ensaio começou a ser elaborado quando Tocqueville se apresenta como candidato a deputado pela circunscrição eleitoral de Valognes. Segundo Benoît, o autor, com este texto, “pretende dar prova de sua capacidade de homem político, [...] capaz de tomar parte nos grandes debates e propor soluções” (p. 24). Mas acaba desistindo de concluir e publicar o ensaio por considerar que, na Monarquia de Julho, não teria condições de implementar as políticas que propõe e também porque, “de um ponto de vista ideológico, ele queria ser pragmático e não desejar ver seu nome figurar entre os utopistas” (p. 28). No entanto, algumas das medidas para o combate à miséria discutidas nesses dois textos, e outras até mais avançadas para a época, como a redução da jornada de trabalho, são propostas por Tocqueville, já com um mandato no Parlamento francês, no programa que ele redige para a Jovem Esquerda, que reunia políticos que se diziam independentes como ele. O programa, como classifica Benoît, acaba se revelando o “mais avançado de toda esquerda reformista sob a Monarquia de Juillet” (p. 32).

O artigo seguinte da série, “Democracia e pobreza em Tocqueville: Os paradoxos da nossa condição”, de Marta Nunes da Costa, professora da Faculdade de Filosofia da UFMS, analisa exclusivamente o primeiro ensaio sobre o pauperismo de Tocqueville e apresenta algumas questões pertinentes relacionadas à noção de “igualdade de condições” tal como desenvolvida na *Democracia da América* e o tema da pobreza tratado pelo autor francês

no *Mémoire...* de 1835. Para Tocqueville, a igualdade de condições significa a ausência de hierarquias sociais fixas e a possibilidade aberta a todos de ascender socialmente pelo trabalho, da forma como a experiência democrática norte-americana conhecida de perto por ele no início da década de 1830 lhe comprovara. O problema – aponta Costa – é que esse esse paradigma da igualdade entra em colapso diante de uma iniciativa como a política estatal de auxílio aos pobres implementada pelo sistema de caridade pública inglês na primeira metade do século XIX, tão criticado pelo autor no seu ensaio, pelo fato de esse sistema, ao invés de proporcionar condições aos pobres para melhorar sua situação, acabar confinando-os a um estado permanente de penúria.

Nesse sentido, a preocupação de Tocqueville era que a institucionalização da desigualdade social afetasse o equilíbrio entre igualdade e liberdade, essencial para a democracia, com graves danos para a liberdade. Na Inglaterra, essa perda da liberdade atingia justamente os pobres beneficiados pela caridade pública – eles se viam privados da sua liberdade de ir e vir, uma vez que eram obrigados a permanecer nas localidades a que pertenciam pelo poder público. Assim, o pobre, conforme Costa, tornava-se o “Outro” a quem era preciso controlar.

Já o professor Kalfriedrich Herb, catedrático de Filosofia Política e História das Ideias na Universitat Regensburg, na Alemanha, no artigo “Abençoado por Deus e igual por natureza. Tocqueville sobre democracia”, realça a atualidade das teses tocquevillianas sobre o futuro da democracia, presentes sobretudo nos dois volumes da *Democracia na América*, mas também nos seus textos sobre a Revolução Francesa (a exemplo de *O Antigo Regime e a Revolução*), segundo as quais as ameaças de despotismos podem emergir do próprio seio das sociedades igualitárias. Herb aponta para o fato de que a igualdade de condições, no pensamento do autor, não é necessariamente sinônimo de liberdade política. “A paixão universal pela igualdade não progride necessariamente na consciência da liberdade”, afirma (p. 59). O fenômeno do individualismo, que Tocqueville descreve no segundo volume da *Democracia...* com uma característica das sociedades igualitárias modernas, por enfraquecer os laços sociais, pode conduzir ao despotismo – e não à toa, ele receava mais o *bourgeois*, voltado exclusivamente para seus assuntos privados, do que o *citoyen* com tendências revolucionárias. “Na apatia política da burguesia encontra-se a ameaça de um novo governo arbitrário, ou seja, de um suave despotismo da sociedade de massa igualitária”, observa Herb (p. 60).

Autor do livro *Le libéralisme de Tocqueville à l'épreuve du paupérisme* (L'Harmattan, 2000) e professor do Institut d'Études Politiques de Lille, na França, Éric Kessler analisa a questão social e econômica em Tocqueville não propriamente com base

nos ensaios sobre o pauperismo, mas da forma como ela comparece no segundo tomo da *Democracia na América*. Em “1835-1840 ou como a economia influencia o segundo volume de *A Democracia na América*”, Keslassy chama a atenção para como a questão econômica tem um peso decisivo na composição da obra, um aspecto em geral negligenciado pelos comentaristas do pensamento toquevilliano. Conforme Keslassy, a segunda viagem de Tocqueville à Inglaterra em 1835 – quando ele pôde testemunhar de perto as condições miseráveis dos operários da indústria – foi decisiva para que o autor abrisse os olhos para uma questão que não havia considerado na primeira *Democracia...*: o perigo que representava para as sociedades democráticas o avanço do modo de exploração capitalista, responsável, aos seus olhos, pela instituição de um novo tipo de “feudalismo”, que colocava, de um lado, os grandes proprietários da indústria e, de outro, a massa de proletários oprimida e explorada, em condições ainda piores do que os antigos servos da nobreza. “Tocqueville pensa que a democracia é posta em perigo pela industrialização que acompanha inevitavelmente seus avanços”, comenta Keslassy (p.72).

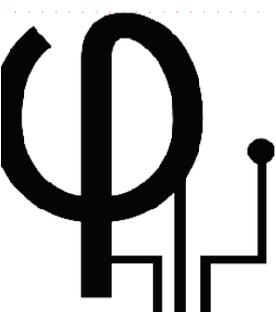
Por sua vez, a organizadora da coletânea, Helena Esser dos Reis, propõe, no texto “Miséria, violação da democracia”, uma leitura instigante dos dois ensaios sobre o pauperismo em Tocqueville, destacando a indissociabilidade, no pensamento do autor, entre os direitos políticos e os direitos sociais. Se, por um lado, a igualdade de condições e a liberdade política exigem-se mutuamente em uma democracia, por outro, a opressão política e a exclusão social pressupõem-se uma à outra. Helena salienta que Tocqueville recusa-se a chamar de “democrático” um sistema sociopolítico que se estruture na inferiorização e na subserviência. “Não há democracia onde a igualdade não passe de um arremedo formalista que assegura a uns poucos a posição privilegiada do exercício do poder. Inclusão social e participação política são supostos para a democracia”, adverte (p. 115).

Professor da Universidad de Valencia, na Espanha, e autor do livro *Los dilemas de la democracia liberal* (2001), Juan Manuel Ross comparece na coletânea com o texto “A questão do pauperismo no pensamento de Tocqueville”. Ross destaca um aspecto interessante nos ensaios de Tocqueville sobre o problema endêmico da miséria: o fato de a análise da realidade econômica e social que o autor da *Democracia na América* apresenta nesses trabalhos assumirem uma perspectiva da razão prática, ou seja, ele não separa as questões políticas dos valores morais. Nesse sentido, para Ross, reside a atualidade desses textos, uma vez que a insatisfação de Tocqueville com a justificativa utilitarista do livre mercado e sua crítica ao assistencialismo paternalista do Estado – propondo, como via alternativa, remédios para a resolução da pobreza inspirados no potencial democrático da sociedade civil –

“fazem com que sua reflexão se torne sumamente interessante e instrutiva para os novos tempos capitalistas que correm” (p. 122).

O texto que encerra a série de ensaios sobre a questão do pauperismo em Tocqueville é “Observar a miséria: a atalaia metodológica de Alexis de Tocqueville”, de Julián Sauquillo, catedrático de Filosofia do Direito da Universidad Autónoma de Madrid. Destoando dos demais artigos da coletânea, que em linhas gerais apontaram o caráter progressista das propostas tocquevillianas de combate ao pauperismo, Sauquillo defende uma tese controvertida, segundo a qual a intenção de Tocqueville com seus dois ensaios sobre a miséria é apresentar uma tentativa de higienismo público para conter o problema da pobreza extrema sem atacar de frente os males do sistema capitalista. Para o autor, à “fobia ao Estado”, soma-se a aversão de Tocqueville aos pobres – uma afirmação, a nosso ver, no mínimo temerária, tendo em vista o correto diagnóstico que Tocqueville apresenta acerca dos perigos que o capitalismo representa à democracia, explorados por ele no segundo volume da *Democracia...*, e a sua preocupação, externada ao longo de toda a sua obra, da necessidade de abrir a participação política a todos, independentemente da classe social a que pertencem.

Em resumo, o livro *Democracia e miséria*, além de oferecer ao leitor brasileiro aspectos ainda pouco explorados do pensamento tocquevilliano, oferece uma enorme contribuição para o debate atualíssimo acerca do problema da desigualdade social, que, neste século XXI, emerge como um dos grandes obstáculos à consolidação e à permanência dos regimes democráticos.



REFERENCIAS

- LAMBERTI, Jean-Claude. *Tocqueville et les deux démocraties*. Paris: PUF, 1983.  
JARDIN, André. *Alexis de Tocqueville (1805-1859)*. Paris: Hachette, 1984.  
MILL, John Stuart. *Essais sur Tocqueville et la société américaine*. Paris: J. Vrin, 1994.  
REIS, Helena Esser dos (Org.). *Democracia e miséria*. São Paulo: Almedina Brasil, 2020.

